

Memória da 38ª Reunião do Comitê Gestor de Capacitação - CGCAP

Às três horas e trinta e cinco minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e quatorze, presentes Andréa de Marque, Helena Araujo, Erismar Novaes, Carla Lessa, Lilian Letícia Mitiko Hangae, Leonardo Tortoriello Messias, Daniel de Miranda Pinto de Castro, Fábio de Jesus, João Freire, Paulo Roberto de Araujo, José Lopes de Sousa, Daniel Rios de Magalhães Borges, Katia Torres Ribeiro, Marília Marine, Ricardo Brochado Alves da Silva, Helena Araujo abre a reunião agradecendo a presença de todos e em seguida fala sobre a pauta que abordará a definição do PAC 2015 e mais 3 pontos para compartilhar com o Comitê:

- Recurso do servidor ALEX FIUZA encaminhado ao CGCAP, em decorrência do indeferimento do pleito;
- Solicitação da servidora SYLVIA CHADA, indeferida na reunião de maio; e
- Solicitação de análise de pertinência de análise do processo de afastamento do servidor JOSÉ LEOCÁDIO, solicitado a avaliação pelo gabinete da presidência do ICMBio.

Helena inicia as observações referentes ao PAC 2015 apresentando seu histórico e o cronograma acerca da avaliação das necessidades de capacitação e o princípio do aperfeiçoamento contínuo do processo, levando em consideração: 1) O levantamento das demandas individuais; 2) A sistematização e análise; 3) A sugestão de ações de capacitação com base na sistematização; 4) Análise e elaboração da minuta PAC 2015; 5) análise e julgamento das prioridades com base na ANC; e 6) Deliberação no Comitê Gestor do ICMBio. Nesse momento, resgata-se a Portaria nº 272/2013, referente ao PAC 2014, apresentando 58 eventos de capacitação, que representam 58 linhas do anexo e a Portaria nº 101/2014, a qual republica o anexo I da Portaria nº 272/2013. Helena comenta que este ano houve a execução de 84% dos eventos, sendo 41 eventos de capacitação dos 49 que foram previstos. Reitera que apesar de ter sido ano eleitoral e da realização da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014, em geral, a execução se mostrou bastante positiva com a republicação do PAC, pois se conseguiu planejar com mais eficiência, obtendo-se um resultado mais efetivo. Dando prosseguimento, Helena lembra que, em 2015, o CGCAP recebeu mais de duzentos temas tais como necessidades de capacitação e dispôs do mesmo valor orçamentário que havia no ano passado. Assim, a partir dos temas disponibilizados, constatou-se que o mais solicitado, como em anos anteriores, foi o Geoprocessamento. E de acordo com o encaminhamento de eventos pelos chefes e coordenadores foram organizadas duas planilhas com as propostas, uma não-prioritária e outra prioritária, contendo cursos obrigatórios, que não podem deixar de serem executados, por exemplo, a continuação do Ciclo de Gestão Participativa, Gestão por Resultados e cursos referentes a porte de armas. Além desses cursos definidos no ano passado, o ICMBio apresenta cursos e projetos com parcerias com outras instituições. Helena ressalta a importância e prioridade do curso de formação inicial, para mais 50% de técnicos e analistas ambientais no ano de 2015 e aponta uma linha de formação específica a ser alcançada no ano vindouro: 1) Mestrado Profissional do JBRJ “Biodiversidade em Unidades de Conservação” – (O ICMBio apoiará 5 servidores); 2) Programa BIOLÍNGUE, que disponibilizará recursos para os ressarcimentos em cursos de línguas estrangeiras; 3) Educação a distância (planeja-se um incremento na plataforma “moodle”, e faz-se necessária a disponibilização de recursos para repassar para empresas, lembrando que o ICMBio tem parceria junto ao ARPA); 4) Demanda Espontânea (ainda não tem o valor fechado, mas cabe reservar recursos para cursos, seminários, workshops etc). Outro ponto

prioritário abordado foi a linha de formação gerencial, dando enfoque à capacitação e formação dos gestores do ICMBio, com o intuito de minimizar adversidades laborais. Lilian Hangae esclarece os procedimentos de apoio da LIFEWEB CONSULTORIA/INSTRUTORIA. A partir da deliberação tem-se como ponto focal o CGCAP, estabelecendo o plano de curso junto com o ponto focal pedagógico da ACADEBio. Outros temas abordados englobam o 4º Ciclo de Gestão para Resultados, Desenvolvimento de Liderança Comportamental, Gestão de Conflitos, Gestão de Equipe e Coaching. Helena e Erismar comentam que para o ciclo de desenvolvimento gerencial, ainda não há expertise no serviço público que garanta uma abordagem mais efetiva para gestão governamental, no entanto as experiências do setor privado pode servir de inspiração para a gestão no serviço público, já com casos exitosos no ICMBio. O Comitê delibera que a gestão de conflitos deve ser tema prioritário e debate sobre as diferenças entre formação técnica e gerencial, lembrando que a ACADEBio fornece ferramentas para cursos do gênero. Daniel Rios coloca a importância de se capacitar tecnicamente servidores para lidarem com conflitos externos. Andrea e Kátia destacam o coaching e a negociação com outros atores envolvidos nas atividades laborais em atuação na CGSAM. Recursos para temas como Ética no serviço público e o cardápio de aprendizagem para CGCAP, CR e Comitê Gestor são abordados por Helena. Neste momento, é colocada a importância do planejamento dos Cursos de Ambientação e Formação para novos servidores. Helena abre a discussão referente aos recursos para cursos da área de formação técnica: elaboração de projetos para a conservação da biodiversidade marinha (Elaboração de projetos em pesquisa e conservação); Monitoramento da Biodiversidade e Protocolos Marinhos; Monitoramento Marinho – Reef Check e Costões Rochosos; Gestão, Monitoramento e Manejo; Geoprocessamento; 5º Ciclo de Gestão Participativa; Abordagem, Armamento e Tiro; 2º Encontro dos Gerentes do Fogo de UCs; Renovação do Porte de Arma; Planejamento de Exposição Interpretativa; Planejamento de Trilhas Aquáticas e Subaquáticas; Planejamento de Uso Público com Enfoque na Elaboração do Plano de Manejo; Planejamento e Manejo de Trilhas e Estradas; Autorização para o Licenciamento; Curso de Formação de Instrutores e Tutores; Ferramentas Econômicas e Estudos de Viabilidade Econômica; e Gestão e Acompanhamento de Concessões. Comenta que dessa relação foram contemplados 34 eventos de capacitação. Lilian sugere mais uma linha de manejo do fogo, um novo curso de capacitação. Daniel Rios aponta que o manejo do fogo executado pela COEM não tem relação exclusiva com a CGPRO e cita o curso de formação de brigadistas realizados todos os anos. Helena aponta as dificuldades de os brigadistas não serem servidores e o PAC ser exclusivo para capacitação destes. Discute-se que na legislação de criação do ICMBio está explícita a contratação temporária de brigadistas até 6 meses, o que segundo a PFE “amarra” qualquer modificação da sistemática de contratação no momento. Helena lembra que o curso de formação de brigadistas saiu da CGGP e agora envolve a CGPRO. Ressalta-se o planejamento acerca do recurso da capacitação para instrutores. Erismar estima o resultado dos recursos em um total de R\$ 2.087.000. Helena anuncia a discussão sobre o Ciclo de Monitoramento. Erismar informa que é importante pontuar que na memória de cálculo padrão constam: 1 evento de capacitação e não dois módulos, 25 alunos, deslocamentos de 5 instrutores e apoiadores do curso e não pagamento de diária, somente taxa de deslocamento e hora/aula para os professores. Lembra que é um curso com parceria, e se há parceria é só instrutor, não há custo nem passagem. Helena destaca que a gratificação por encargo de curso é requerida pelo instrutor caso este seja do quadro dos instrutores, sendo discricionária esta solicitação. Neste ponto Helena esclarece que dividiu-se por blocos ou ciclos, fechou-se em 8 ciclos, previstos no PAC. Neste momento, Katia aponta junto ao Comitê que, em formação gerencial, a capacitação para gestores

de sítios RAMSAR CGPEQ não terá custo prioritário; a capacitação de planejamento territorial marinho pode sair do rol; a elaboração de projetos para a conservação da biodiversidade marinha pode sair do rol; o monitoramento da biodiversidade e protocolos marinhos têm custo 0; Gestão, manejo e monitoramento participativo tem apoio e o custo seria em torno de R\$ 25.000,00 (10 pessoas e 5 instrutores). Neste momento, Fábio de Jesus colocou como relativo o que é prioritário na parte administrativa, enfatizando Licitação e Contratos, ressalta as parcerias administrativas e deslocamentos do servidor como fatores de ônus que devem ser revistos e prioriza Mecânica Básica Automotiva e Manutenção Preventiva CGATI, e RAN como proponente, entrando em consenso com Daniel Rios e o Comitê, pois muitas viaturas costumam ter defeitos por conta de mau uso. Continuando o debate, Lopes aponta como prioritária a capacitação em execução orçamentária e financeira (planejamento, orçamento e finanças), bem como Licitação e Contratos, diz que a idéia é deixar claro como funciona conceitualmente orçamento para o bom desempenho das funções, e complementa que em relação à parte de orçamento pode ser instruída pela própria área de Finanças. Erismar complementa que o ICMBio está em processo de aperfeiçoamento da plataforma moodle e as vantagens da implementação das salas de videoconferência, fator que diminuirá o deslocamento de servidores e instrutores. Helena fala da alta demanda de solicitações para o curso de PAD, normalmente ligado à CGU. O objetivo é tentar implementá-lo com custos reduzidos. Ressalta que já existem por volta de 40 pessoas interessadas no momento. São colocados como prioridade, também, capacitação em “pilotagem de embarcação em águas interiores e abertas TAMAR” e Daniel Rios discute com Andrea a possibilidade de atrelar de alguma forma a capacitação ao processo de emissão das carteiras de motorista e renovação, sendo no momento prioridade de discussão mas não ao ponto de reserva de recursos. Em relação ao Ciclo (Conservação e Manejo) Kátia expõe sobre a necessidade de recursos nas seguintes capacitações: Treinamento de Análise e Estatística Espacial; “Ferramentas de Análise Espacial para Conservação CEPSUL, CGPEQ e TAMAR; Elaboração de Programas de Conservação CGESP e CGPEQ com Prioridade; Técnicas de Investigação de Mortandade de Peixes Sai de Prioridades; Geologia de CARSTE CECAV; Manejo da Biodiversidade Sai de Prioridades – GEF Mangue, ARPA; e Gestão, Manejo, e Monitoramento Participativo – CGSAM, CEPENE, CGPEQ e CGPT. Helena ressalta que o Geoprocessamento é ferramenta prioritária com a maior demanda dos servidores há cerca de 3 PACs, com indicativo reservado de R\$200.000,00. Neste momento, Ricardo Brochado traz um histórico dos PACs, em que os cursos de “Geo” chegaram fracionados. Diz que, naquele momento, a base da discussão era parecida com a atual. Hoje a Educação Corporativa propôs trazer à ACADEBio a parte técnica. Cabe ressaltar que, atualmente, uma parte dos cursos de Geo, em torno de 3, já está sendo desenhada na modalidade a distância. Ao se definirem os parâmetros para o Ciclo Comunicacional, o Comitê define com João Freire os quesitos Comunicação Institucional (Gestores) sem custo; e Atendimento à Imprensa e *Media Training* (Gestores) com custo, e propõe procurar parcerias com a SECOM para a implementação. Ressalta que tem de haver essas contratações, sendo indispensável estas duas capacitações para 2015. O Comitê coloca a importância de uma Instrução Normativa para institucionalizar essas capacitações. Segundo João Freire, o ideal seria um curso seria para um público que incluía pelo menos todos os Chefes de Unidade, por fim, ficou definido que o primeiro curso atenderá 25 pessoas por turma, 11 CRs e 16 unidades. O Comitê lembra que têm alguns recursos do MMA, e somente seria necessário custeio de passagens, se remete também à parceria com LIFEWEB ou GEF TERRESTRE. Estima-se 25.000,00 a 30.000,00 reais em recursos para a contratação. Erismar lembra que restam no momento R\$ 500.000,00. Helena anuncia a análise do Ciclo de Gestão de Unidades de Conservação,

sendo a capacitação em “Instrução Processual de Regularização Fundiária” e “Prevenção de Acidentes e Primeiros Socorros em Áreas Remotas CPB, CECAV e CGPRO” considerados prioritários. Em relação ao Ciclo Gestão Participativa, comentou-se sobre o 6º Ciclo de Gestão Participativa no total 5 módulos CGSAM e 5 instrutores por módulo; Educação na Gestão Pública da Biodiversidade e a priorização de Fundamentos Formativos da Gestão Socioambiental – CGSAM, 110 pessoas, 15 instrutores, durante 6 dias, com validade de 3 anos, 60 horas, 2 semanas, 2 turmas. Kátia ressalta a prioridade e grande demanda da capacitação em “uso e interpretação de dados e resultados do SISBIO”, que envolve “Pesquisa e Gestão de Dados e da Informação e Uso e Interpretação de Dados”. Erismar comenta o custo total estimado em R\$ 48.000,00 reais, incluindo na conta os deslocamento e pagamento de horas/aula para instrutores do ICMBio. Daniel Rios expõe acerca do Ciclo de Proteção, que no âmbito da CGPRO envolve uma série de aquisições onerosas que têm de ser adquiridas prioritariamente. Cita “abordagem, armamento e tiro” como capacitação prioritária, bem como a formação de novos analistas ambientais na seqüência do “V Curso de Formação”; Daniel Rios prioriza a formação de Coordenadores implementando a “Capacitação em Coordenação e Planejamento de Ação Fiscalizatória” e ressalta que “se conseguirmos um curso para 25 pessoas está de bom tamanho”. Cortam-se da lista capacitações tais como: “Emergências Químicas” e “Oficina de Instrutores de Fiscalização”. Mantêm-se em prioridade alta os cursos de fiscalização: Flora, Fauna e Degradação (sendo 6 dias cada e ainda Fiscalização de Flora com Componente em Mineração). Comenta da Oficina de Planejamento de Proteção com 30 instrutores previstos, Ficou definido que a secretaria executiva do comitê iria sistematizar os resultados e ficou marcada uma reunião para o dia 8 de dezembro para deliberação final dos cursos que seriam incluídos no Plano Anual de Capacitação - PAC2015. Em seguida foi Introduzindo a segunda parte da reunião que iria tratar das solicitações de afastamento para pós-graduação que foram apresentados recursos ou pedido de esclarecimento. Foi tratado do processo 02253.000030/2013-01 da servidora Sílvia de Souza Chada, que foi objeto de discussão em duas reuniões no primeiro semestre e que por fim foi deliberado pelos membros do CGCAP por meio voto encaminhado por e-mail onde a maioria indicou por indeferir afastamento da servidora. Foi relatado que a servidora solicita nos autos do processo esclarecimentos de forma a ficar claro que a deliberação pelo indeferimento tenha se baseado no entendimento da maioria dos membros do CGCAP e não somente no entendimento da CGGP. Em relação a este processo, o CGCAP ratificou a decisão tomada anteriormente e definiu por informar através da presente memória a servidora que se trata de decisão tomada a partir de um processo intenso de discussão onde a maioria dos membros do CGCAP optou pelo indeferimento do pleito pelas razões apresentadas à época. Na continuidade o CGCAP começou a reflexão sobre os demais processos que estavam na pauta e pelo adiantado do horário optou por deliberar acerca dos demais casos no primeiro momento da reunião agendada para o dia 8 de dezembro de 2014. Às dezoito horas e vinte e seis minutos a reunião é encerrada e a relatoria finalizada. Este documento é composto pela memória da reunião e lista de presença de mesma data, assinada pelos presentes.